

O arcebispo reformador e os irmãos leigos: notas da biografia de dom Jerônimo Tomé da Silva

Edilece Souza Couto ¹

DOI: 10.4025/rbhranpuh.v9i26.32200

Resumo: Dom Jerônimo Tomé da Silva foi o segundo arcebispo do período republicano na Bahia (1893-1924). Sua atuação episcopal foi marcada por importantes transformações na Igreja Católica, como a separação entre a instituição e o Estado e a entrada em vigor da nova legislação eclesiástica, o Código de Direito Canônico; na urbanização, com intervenções na arquitetura da cidade do Salvador; e na vivência religiosa dos leigos, reunidos em irmandades e ordens terceiras. Este artigo visa à análise da trajetória do arcebispo no contexto das mudanças socioeconômicas e religiosas da primeira república.

Palavras-chave: Biografia, Arcebisado da Bahia, Catolicismo, Irmandades

The reforming archbishop and the lay brothers: notes on the biography of don Jerônimo Tome da Silva

Abstract: Don Jerônimo Tomé da Silva was the second archbishop in the republican period in Bahia (1893-1924). His episcopal activity was marked with important changes in the Catholic Church, such as separating the institution from the State, and putting the new ecclesiastic law into force, the Code of Canon Law; the urbanization, with architectural interventions in the city of Salvador; and the religious experience of the lay people, gathered in brotherhoods and third orders. This paper aims to analyze the trajectory of the archbishop in the context of social-economic and religious changes in the first republic.

Keywords: Biography, Bahia Archbishopric, Catholicism, Brotherhoods

El arzobispo reformador y los hermanos laicos: notas de la biografía de Don Jerónimo Tomé da Silva

Resumen: Don Jerónimo Tomé da Silva fue el segundo arzobispo del período republicano en la Bahía (1893-1924). Su actuación episcopal fue marcada por importantes transformaciones en la Iglesia Católica, con la separación entre la institución y el Estado, y la entrada en vigor de la nueva legislación eclesiástica, el Código de Derecho Canónico; en la urbanización, con intervenciones en la arquitectura de la ciudad de Salvador; y en la vivencia religiosa de los laicos, reunidos en hermandades y terceras ordenes. Este artículo propone un análisis de la trayectoria del arzobispo en el contexto de los cambios socioeconómicos y religiosos de la primera república.

¹ Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia – UFBA; bolsista de pós-doutorado PNPd/CAPES no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá – UEM, sob a supervisão da Profa. Dra. Solange Ramos de Andrade. Email: edilece@gmail.com

Palabras-clave: Biografia; Arzobispado de la Bahía; Catolicismo; Hermandades

Recebido em 08/06/2016 - Aprovado em 06/09/2016

Salvador foi a sede do primeiro bispado do Brasil. Entretanto, os estudiosos do catolicismo, especialmente os historiadores, pouco se dedicaram a fazer as biografias dos seus bispos. É inegável que temos trabalhos importantes da História da Igreja Católica na Bahia (AZZI, 2001; SILVA, 2000; SILVA & AZZI, 1981), mas não são de cunho biográfico. Na pós-graduação, aos poucos, começam a surgir os primeiros estudos sobre os bispos do período colonial e uma tese sobre dom Romualdo Antônio de Seixas (SANTOS, 2014). Solange Andrade (2012, p. 140) salienta a importância dos estudos biográficos de membros do clero católico brasileiro para uma melhor compreensão das formas pelas quais as determinações eclesiais são representadas e apropriadas pela instituição e pelos católicos. No que se refere à Bahia, a lacuna é ainda maior quando se trata dos arcebispos do período republicano.

A minha proposta é apresentar aspectos da vida de dom Jerônimo Tomé da Silva (1849-1924) ambientados na época da reforma do catolicismo brasileiro, na perspectiva de aliar biografia e contexto, inclusive tecendo comparações entre a sua atuação e as de outros bispos que o inspiraram a seguir os passos da reforma (LEVI, 1996, p. 175-176). Dom Jerônimo não deixou autobiografia ou outros escritos sobre si. Assim, para reconstruir a sua história de vida, é preciso recorrer aos documentos do arquivo do arcebispado, a fim de compreender as relações estabelecidas entre o arcebispo e os fiéis católicos, que compõem a sua messe. De acordo com Bourdieu (2006, p. 190), “Os acontecimentos biográficos se definem como *colocações* e *deslocamentos* no espaço social”. Ou seja, é preciso levar em consideração as tomadas de posição do agente biografado em relação a outros agentes do mesmo campo em que se desenrolaram os acontecimentos.

Jerônimo Tomé da Silva nasceu em Sobral - CE, em 12 de junho de 1849, e morreu em Salvador - BA, em 19 de fevereiro de 1924. Era de família aristocrática, filho do coronel João Tomé da Silva e dona Maria da Penha Frota. Sua família tinha inserção na política. Um de seus irmãos, João Tomé da Silva Filho, foi governador do Espírito Santo, de Santa Catarina e de Alagoas. E seu sobrinho, João Tomé de Saboia e Silva, governador do Ceará. Um dos seus tios maternos era padre, Miguel Francisco da Frota, e realizou, inclusive, o seu batismo (ALVES, 2014; AZZI, 2001).

Analisar a trajetória de dom Jerônimo em duas partes, que compreendem a sua formação intelectual, sacerdotal e trabalho pastoral na função de bispo (1849-1892) e a sua atuação no arcebispado da Bahia (1893-1924). A segunda parte está subdividida em quatro itens, relacionados às principais questões do seu episcopado e que demonstram as suas ações e as formas de recepção das suas determinações por outros agentes no campo religioso baiano: vínculos com outros bispos reformadores; reorganização estrutural da

arquidiocese; reformulação da religiosidade leiga; apoio às intervenções urbanas de Salvador.

1. O estudante, padre e bispo Jerônimo Tomé da Silva (1849-1892)

A Igreja Católica passou por intensa reforma entre o século XIX e a terceira década do século XX. As primeiras mudanças deveriam ser internas, ou seja, reestruturar a carreira clerical para que os postulantes à vida religiosa estudassem nos seminários e se preparassem para enfrentar os desafios da modernidade. Para os ordenados, a instituição impunha o cumprimento da regra do celibato e estabelecia a difícil missão de reformular a vivência religiosa leiga e que fizesse prevalecer a liturgia oficial sobre as cerimônias externas, consideradas manifestações exteriores da fé. Tudo isso é verdade, mas não podemos pensar que todas as regras foram rigorosamente cumpridas em todos os espaços da cristandade. Não foram simplesmente ordens vindas de Roma, trazidas por bispos e padres totalmente convencidos da necessidade de reformar os costumes, compondo um pensamento único. Foi, certamente, um extenso período de mudanças significativas também no catolicismo brasileiro. Porém, essa longa duração se deve, em grande parte, às negociações para a implementação de novas regras e às resistências advindas de clérigos e, sobretudo, dos leigos (SANTROCCHI, 2010).

Enquanto o menino Jerônimo era iniciado nas letras e no catolicismo na cidade de Sobral, muitos padres brasileiros eram enviados à Europa, especialmente a Coimbra – Portugal, a fim de que realizassem seus estudos. Estavam, dessa forma, mais próximos da Cúria Romana, em contato com as ideias reformadoras. Quando retornavam ao Brasil, eram enviados para um dos polos reformadores: Mariana – MG, onde atuou dom Antônio Ferreira Viçoso (1844-1876), São Paulo – SP, cujo principal bispo reformador foi dom Antônio Joaquim de Melo (1851-1861); ou para o eixo Pará-Bahia, respectivamente representado por dom Antônio de Macedo Costa (1861-1891) e dom Romualdo Antônio de Seixas (1823-1860) (SILVA; AZZI, 1981, p. 17).

Ao terminar os estudos das séries iniciais, os pais de Jerônimo Tomé da Silva planejavam sua carreira na medicina e, por isso, o enviaram a Salvador para cursar a Faculdade de Medicina da Bahia. Porém, ele preferiu a vida religiosa, partindo para a Europa em 1864, com apenas 15 anos.

Na segunda metade do século XIX, a reforma do catolicismo estava em curso e a Igreja Católica no Brasil colhia os seus frutos. A geração de padres formados em Coimbra já atuava no sentido de realizar as transformações vistas como necessárias ao povo cristão. Em Salvador, sob os cuidados de dom Romualdo Seixas, o Seminário São Dâmaso (fundado em 1815) foi reformado e considerado seminário menor por receber também alunos leigos, sem vocação sacerdotal (SILVA; AZZI, 1981, p. 26-29). Não sabemos os motivos que levaram o cearense a não ingressar no seminário da Bahia e preferir estudar em Roma. Riolando Azzi (2001, p. 275) acredita que o jovem foi estimulado por dom Romualdo. Possivelmente, também pesaram na escolha a maior proximidade com o Vaticano e o fato da sua família ter condições de financiar a viagem e os estudos.

O jovem Jerônimo era estudante, seminarista e morava no Colégio Pio Brasileiro quando foi realizado o Concílio Vaticano (1869-1870), a primeira reunião ecumênica dos bispos após o Concílio de Trento (1545-1563). Apesar dos três séculos que separam os dois eventos, não houve transformações marcantes nos rumos da Igreja Católica. Não por acaso, as orientações para o catolicismo brasileiro permaneceram ligadas às normas tridentinas. Portanto, não houve nenhuma significativa mudança na vida do padre Jerônimo, graduado em Filosofia (1869) e Teologia (1873) pela Pontifícia Universidade Gregoriana. Ainda na Itália, ordenou-se sacerdote em 1872, aos 23 anos. Retornou ao Ceará e se estabeleceu em Fortaleza, onde foi professor de Filosofia do Seminário da Prainha e secretário de dom Luís Antônio dos Santos, que seria, mais tarde, seu antecessor no arcebispado da Bahia. A convite de dom Vital Gonçalves de Oliveira Júnior (capuchinho, bispo de Olinda em 1871 e de São Paulo em 1872), transferiu-se para Recife em 1877. Em Pernambuco, foi professor de italiano e retórica, capelão do Asilo da Mendicidade e diretor do Apostolado da Oração, grupo formado por fiéis, mas dirigido pelo pároco nos moldes da reforma.

A década de 1890 teve mudanças significativas no movimento de reforma do catolicismo no eixo Pará-Bahia e, conseqüentemente, nos laços que uniam os seus bispos. Dom Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará desde 1861, seria nomeado arcebispo de Salvador. E, para ocupar a sua vaga, foi escolhido o padre Jerônimo Tomé da Silva, ordenado bispo, em Roma, no dia 26 de outubro de 1890, e nomeado bispo do Pará pelo Papa Leão XIII. Tomou posse em 08 de fevereiro de 1891. Azzi (2001, p. 276) nos informa que o novo bispo do Pará teve como prioridades finalizar as obras de restauração da catedral, assim como do palácio episcopal, do Seminário do Carmo e do Asilo Santo Antônio. Porém, o trabalho pastoral de dom Jerônimo no Pará seria de apenas três anos, pois em setembro de 1893 foi transferido para a Arquidiocese de São Salvador da Bahia, onde atuou como arcebispo até a sua morte, em 1924, aos 74 anos.

2. O arcebispo da Bahia, dom Jerônimo Tomé da Silva (1893-1924)

2.1. Vínculos com outros bispos reformadores

A reforma do catolicismo brasileiro durou todo o oitocentos e muitos dos seus ideais entraram pelo século XX. Na Bahia, o principal agente reformador foi dom Romualdo Antônio de Seixas (1827-1860) e também quem, no período imperial, esteve por mais tempo, trinta e três anos, à frente do arcebispado. Entre dom Romualdo e dom Jerônimo, o arcebispado teve os seguintes dirigentes: dom Manuel Joaquim da Silveira (1861-1874), dom Joaquim Gonçalves de Azevedo (1876-1879), dom Luís Antônio dos Santos (1879-1890) e dom Antônio de Macedo Costa (1890). Foram períodos mais curtos de atividade, porém, não menos complexos. Os frequentes embates com os adeptos do candomblé, as resistências às intervenções na administração das associações leigas e a instalação de novos grupos concorrentes (espíritas e protestantes), faziam do campo religioso baiano um espaço de conflitos e desafios.

Os sucessores do primeiro reformador se empenharam na tarefa de modificar o catolicismo, principalmente na tentativa de purificar o culto das influências de outras

crenças, sobretudo africanas, e preservar o arcebisado da concorrência de grupos religiosos que se estabeleciam na Bahia. Nesse sentido, a dom Manuel Joaquim da Silveira coube o combate aos avanços do espiritismo e do protestantismo, que, segundo ele, traziam “ventos venenosos” para o seio da família católica baiana. Por meio de cartas pastorais, o arcebispo condenava as práticas mediúnicas, o proselitismo dos “irmãos separados”, com distribuição de exemplares da bíblia protestante e o culto público, principalmente a partir da organização da Igreja Presbiteriana do Brasil em Salvador, no ano de 1872 (JESUS, 2014; SEIXAS, 2011).

Enquanto dom Manuel da Silveira se ocupava das crenças divergentes, dom Joaquim de Azevedo e dom Luís dos Santos preferiram investir no fortalecimento da ortodoxia católica, ou seja, no combate aos desvios internos. Promoveram diversas ações para supervisionar as práticas leigas. Assim, as devoções, confrarias, irmandades e ordens terceiras foram o alvo principal das intervenções episcopais. A documentação revela que, em primeiro lugar, o arcebispo tentava transferir a gerência dos bens e o principal cargo (denominado presidente ou juiz) das associações leigas para o controle do pároco, o que sempre gerava descontentamento, reclamações e conflitos. Para legitimar esse ato, exigia a reformulação do compromisso. Há no Livro de Correspondência do Arcebisado nº 1, de 1894, uma série de ofícios da Freguesia de Macaúbas sobre um conflito relativo às eleições da mesa administrativa da Irmandade do Senhor Bom Jesus da Lapa, em 1879. Cópias desses ofícios fazem parte do livro do primeiro ano do arcebisado de dom Jerônimo, o que demonstra que essas informações sobre as irmandades eram importantes para que o novo arcebispo tivesse conhecimento dos principais acontecimentos envolvendo os leigos na capital e no interior da Bahia.

Por sua vez, dom Luís Antônio dos Santos ficou conhecido na História da Igreja da Bahia como o arcebispo que proibiu a Lavagem do Bonfim. No final da sua gestão, entre os meses de dezembro de 1889 e janeiro de 1890, publicou portarias que proibiam o ritual da lavagem dos templos na quinta-feira que antecedia a festa do padroeiro. Até aquele momento, os fiéis transformavam o simples ato de lavar a igreja em batuque e dança no seu interior, nos adros e nas ruas adjacentes, uma antecipação dos festejos do domingo que encerraria o novenário. Segundo o arcebispo, era ocasião de “graves abusos”. Isso acontecia em várias igrejas da capital, não sendo, portanto, exclusividade dos fiéis do Senhor do Bonfim, apesar dessa devoção ser desde o século XVIII a mais espetacular e atrair maior quantidade deromeiros e devotos da Bahia (COUTO, 2015, p. 149-151).

Dom Antônio de Macedo Costa foi um dos mais importantes bispos do período imperial brasileiro. Nascido em Maragogipe, recôncavo da Bahia, foi apadrinhado na carreira eclesiástica por dom Romualdo Seixas, sendo por este indicado para ser ordenado bispo, e também teve seu apoio para assumir a diocese do Pará em 1861. Durante seu episcopado combateu a maçonaria e o protestantismo, realizou intervenções nas irmandades e incentivou o culto mariano (COSTA, 2006, p. 9-10). Foi transferido para a arquidiocese de Salvador no dia 26 de junho de 1890, mas não chegou a ser empossado, pois faleceu em Barbacena - MG no dia 20 de março de 1891. Assim, coube mais uma vez a dom Jerônimo a missão de substituí-lo, como já havia acontecido no Pará.

Enfatizei as ações dos arcebispos anteriores a dom Jerônimo Tomé da Silva porque ele também foi um reformador, tinha proximidade e relações de trabalho com alguns dos seus antecessores e dividia com eles os mesmos ideais.

2.2. Reorganização estrutural da arquidiocese

Dom Jerônimo Tomé da Silva assumiu a arquidiocese da Bahia no início do período republicano e de separação entre a Igreja e o Estado. Porém, se esse afastamento, devido ao fim do padroado e do regime monárquico, significava o fim do apoio oficial do governo ao clero, o novo arcebispo estabeleceu boas relações com a elite católica baiana, não só da capital, mas também do interior, buscando a colaboração das famílias influentes nas esperas dos poderes locais e regionais. Em alguns momentos do seu episcopado, sobretudo a partir da segunda década do século XX, podemos observar claramente a sua inserção nas instituições políticas, com atitudes que favoreciam, de forma recíproca, a Igreja e o Estado.

Com o propósito de reorganizar a arquidiocese, dom Jerônimo se dedicou a criação, em 1913, de três novas dioceses na Bahia: Ilhéus, Caetité e Barra. Estavam localizadas em três áreas bem distintas. Ilhéus, a Princesa do Sul, era uma das principais cidades do sul da Bahia, região que vivia o auge da lavoura do cacau. Caetité, a Princesa do Sertão, localizada na Chapada Diamantina, atendia àqueles que faziam a rota Goiás – Minas – Bahia. Barra está situada no encontro dos rios Grande e São Francisco. Na época da criação da diocese, era conhecida como local de pouso para os boiadeiros que levavam o gado para Piauí, Maranhão e Goiás. Para tal empreitada, o arcebispo teve o apoio de oligarquias locais.

O cronista João da Silva Campos (1947, p. 233) nos informa que no mês de janeiro de 1913, dom Jerônimo fez uma visita pastoral a Ilhéus e formou uma comissão a fim de angariar recursos para o patrimônio do novo bispado. Faziam parte desse grupo o vigário e os coronéis Antônio Pessoa, Misael Tavares, Ramiro Ildefonso de Araújo Castro e Domingos Adami de Sá. Dom Jerônimo incentiva a educação, principalmente a criação de colégios católicos administrados por religiosos europeus imbuídos das ideias reformadoras. Em Ilhéus, em 1916, foi fundado o Instituto Nossa Senhora da Piedade, pela madre francesa Maria Tháís do Sagrado Coração Paillart, vice provincial das irmãs ursulinas no Brasil (AZZI, 2001,282-283).

Transformar Caetité na sede de uma diocese era a tentativa de fortalecimento do catolicismo no sertão da Bahia e barrar a expansão protestante. Em 1910, o missionário congregacional inglês Henry Mac Call e sua esposa (uma missionária presbiteriana) se mudaram de Recife-PE para Caetité e, nessa cidade, organizaram a Igreja Presbiteriana e fundaram um colégio. Para essas ações, tiveram o apoio do intendente católico José Rodrigues Lima, o que acirrou os ânimos do grupo opositor, ligado ao Monsenhor Bastos. Este pediu o auxílio dos jesuítas portugueses, recepcionados em Salvador, em 1911, por dom Jerônimo. Dessa forma, os jesuítas instalaram na cidade o Instituto São Luís de Gonzaga para a educação de meninos externos e também em regime de internato, onde estudou Anísio Teixeira (AZZI, 2001, p. 284-289).

Barra era importante por sua localização às margens do Rio São Francisco e também porque o oeste da Bahia tinha uma importante devoção popular, a de Bom Jesus da Lapa, que ficaria inserida na nova diocese. O primeiro bispo, dom Augusto Álvaro da Silva (1915-1924), substituiria dom Jerônimo no arcebispado de Salvador (AZZI, 2001, p. 289-292).

Vimos que em duas das novas dioceses, Ilhéus e Caetité, dom Jerônimo incentivou a criação de institutos educacionais dirigidos por ordens religiosas, respectivamente, Ordem de Santa Úrsula e Companhia de Jesus. Trazer religiosos europeus, de inspiração reformista para o Brasil era uma prática comum entre os bispos reformadores desde o século XIX. Era a maneira de fortalecer os princípios da reforma. Porém, na Bahia do início do século XX, a criação dos colégios atendia também a outras necessidades, como atender às necessidades educacionais da elite católica, desenvolver a pastoral educacional dos religiosos e, no caso dos jesuítas, promover a reorganização da Província Portuguesa, dispersa após a expulsão dos padres de Portugal com a instalação do regime republicano em 1910.

Segundo Azzi (2001, p. 277), “É com o auxílio desses religiosos que ele [dom Jerônimo] promove a reforma dos conventos franciscanos, carmelitas e beneditinos. Traz também para a arquidiocese novas congregações religiosas para que atuem na esfera da pastoral, da educação e da assistência social”. Além das três ordens citadas, dom Jerônimo ainda promoveu a vinda para a Bahia de mais religiosos capuchinhos, beneditinos, lazaristas, agostinianos, assim como das irmãs dorotéias (para a direção do Asilo Pereira Marinho) e das Filhas de São Vicente de Paulo (para o cuidado com os órfãos e doentes).

De 1900 a 1911, dom Jerônimo contribuiu para a implantação de três colégios católicos em Salvador: Liceu Salesiano (1900); Escola de São Pedro (1905), que era dirigida pelos maristas e funcionava nas dependências da Irmandade de São Pedro dos Clérigos; Colégio Antônio Vieira (1911), sob a pastoral educacional dos jesuítas. Apesar da justificativa de que esses estabelecimentos educacionais contribuiriam para a melhoria no ensino primário e atenderiam não apenas os meninos da capital, mas também, por meio dos internatos, abrigariam os alunos do interior, dom Jerônimo foi criticado, principalmente por intermédio da imprensa, por promover o ensino religioso em um país que havia cortado os vínculos com a monarquia e entre a Igreja e o Estado republicano e, o que se considerava mais grave, o arcebispo primaz do Brasil acolhia religiosos de moral duvidosa, expulsos de suas pátrias europeias. Essa era uma referência expressa aos jesuítas. O exílio no Brasil, após a expulsão das ordens religiosas de Portugal em 1910, não foi bem visto pelos políticos republicanos portugueses e brasileiros. Foi preciso longa negociação com o presidente Nilo Peçanha e o Supremo Tribunal Federal para que os padres desembarcassem no porto do Rio de Janeiro. Dom Jerônimo, então, ofereceu a casa e a Igreja de Santo Antônio da Barra, em Salvador, para que os jesuítas se instalassem. Pediu, em contrapartida, que os padres abrissem um colégio na capital (COUTO, 2014, p. 623-626).

2.3.Reformulação da religiosidade leiga

Os bispos reformadores do século XIX empreenderam inúmeras tentativas para supervisionar as atividades leigas, principalmente para substituir o culto aos santos por novas devoções e passar a administração das antigas irmandades para o controle dos padres ou novas congregações e novos grupos religiosos. Dessa forma, os capuchinhos, lazaristas, jesuítas e as irmãs vicentinas criaram as congregações marianas - Filhas de Maria e Sagrado Coração de Maria – assim como o Sagrado Coração de Jesus e o Apostolado da Oração e suas novas festividades, como a Coroação de Nossa Senhora no mês de maio.

Os contatos de dom Jerônimo Tomé da Silva com seus antecessores no arcebisado da Bahia e o conhecimento das ações reformadoras empreendidas por eles, certamente o alertavam para o difícil trabalho que teria pela frente no combate às exterioridades do culto, e as dificuldades para extinguir a independência das mesas administrativas e vencer as resistências às mudanças por parte dos leigos. Portanto, optou por um trabalho lento e discreto para intervir e fiscalizar as irmandades e ordens terceiras sem fazer alardes.

Uma das primeiras providências de dom Jerônimo foi se informar sobre a vida religiosa do seu rebanho. Providenciou o envio de ofícios às irmandades e ordens terceiras da capital e do interior com a exigência de relatórios pormenorizados das atividades realizadas, da situação financeira (prestação de contas), do funcionamento das mesas administrativas e dos bens móveis e imóveis. Os livros de correspondências de 1893 e 1894, os dois primeiros anos do arcebisado dele, trazem os relatórios dessas associações. Esses documentos revelam desde a indignação dos mesários com as insistentes cobranças do cumprimento das regras aos conflitos entre os párocos e os irmãos leigos, motivos de queixas recorrentes de ambas as partes. Quase nunca há o registro de respostas por parte do arcebispo.

Em um desses relatórios, escrito pelo mesário da Irmandade de Nossa Senhora da Ajuda, de Porto Seguro, em 26 de agosto de 1894, os irmãos encaminham a prestação de contas, mas aproveitam a oportunidade para expor o fato de que o vigário solicitou a entrega da chave do cofre da irmandade. Explicam que as ofertas são destinadas à compra das alfaias, conservação da capela, hospedagem dosromeiros e despesas com a festa da padroeira. E afirmam que, apesar do padre inspirar confiança, a mesa administrativa agia em conformidade com o compromisso. O mais interessante é que os mesários apelavam ao novo arcebispo que aceitasse a legalidade do documento aprovado por dom Romualdo de Seixas em 1859. (CORRESPONDÊNCIA..., 1894). Infelizmente, não temos a resposta do arcebispo, se é que ele respondeu. Muitas queixas como essa estão presentes na correspondência do arcebisado. Mas, dom Jerônimo dava razão aos padres, uma vez que à reforma interessava que o clero assumisse a administração das associações leigas.

Após a cobrança das prestações de contas e dos relatórios, dom Jerônimo passou a exigir a reformulação dos compromissos, pois os que estavam em vigor foram escritos e aprovados no século XVIII, quando a maior parte das associações foi criada, ou em meados do século XIX. Das trinta irmandades de Salvador, catalogadas até o

momento no projeto Devoção e Compromisso, e que estavam ativas no episcopado de dom Jerônimo, vinte e nove tiveram os compromissos reformulados. E uma, a Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim, obteve a aprovação das suas regras, em 1918, mas com uma denominação diferente: estatuto.

A principal mudança na regulamentação dos novos compromissos aprovados por dom Jerônimo estava na forma de entrada dos irmãos. O critério de cor da pele, que promovia os laços identitários, poderia ser mantido, mas já não era o principal elemento de seleção para a admissão dos membros. A partir da gestão de dom Jerônimo, com pequenas variações no texto, todo compromisso ou estatuto trazia, no seu capítulo sobre a finalidade da instituição, a informação de que o objetivo era congregar católicos.

Para demonstrar essa mudança, aqui tomamos como exemplo dois compromissos: o da Irmandade do Senhor Bom Jesus da Cruz (fundada por homens pardos em 1719), reformulado em 1874 e reimpresso, com a autorização da Cúria Diocesana em 1914, que afirma ser aquela confraria “uma reunião dos fiéis católicos apostólicos romanos”; o da Irmandade do Senhor Bom Jesus das Necessidades e Redenção (fundada em 1752 por africanos jejes), reformulado em 1914, assim se identificava: “É uma associação religiosa, composta de ilimitado número de pessoas, de ambos os sexos, de qualquer nacionalidade, bom comportamento e profissão honesta, contanto que adotem a Religião Católica Apostólica Romana”. Sobre o mesmo tema ainda determinava: “Não podem ser irmãos os que pertencerem a seitas ou sociedades condenadas pela Igreja e se de fato fizerem parte ficam eliminados e deixam de ser irmãos” (COMPROMISSO... 1914b, p. 7). Eram consideradas seitas e sociedades condenadas o protestantismo, o espiritismo, o candomblé e a maçonaria. Em seguida, o compromisso lembra que, obedecendo aos motivos dos fundadores, não seria admitida “pessoa alguma de cor preta (crioulo) nascida em outro país (sic) que não seja a África”. Ou seja, para atender às recomendações do arcebispado, a mesa administrativa colocava em primeiro lugar o catolicismo, mas mantinha a sua tradição de não aceitar a presença de negros não africanos (crioulos), mantendo, assim, o critério étnico.

Estabelecer nos compromissos das associações leigas que estas só admitiriam irmãos de fé católica era uma forma de conter as aproximações com elementos e rituais de outras crenças. Na Bahia, muitas irmandades, sobretudo as de africanos e crioulos, por sua estrutura mais independente do poder eclesiástico, incluíam cânticos em suas línguas africanas, símbolos, representações e rituais mesclados com o candomblé. Por isso, música, dança, cortejos, lavagens de igrejas, procissões e festas estavam sempre na mira dos arcebispos.

As intervenções já existentes ganharam respaldo na nova regulamentação da Igreja Católica, o Código de Direito Canônico, publicado em 1918. Um exemplo significativo da aplicação das novas normas é o estatuto da Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim, aprovado por dom Jerônimo em 1918 e publicado no ano seguinte. Nem mesmo os membros da irmandade são capazes de explicar os motivos da instituição, fundada por portugueses brancos em 1745, nunca ter conseguido a aprovação de nenhum compromisso enviado a Cúria Diocesana. Possivelmente, pesou nessa recusa o fato da Igreja do Bonfim ter atraído, desde a sua origem e mesmo sem a conivência da

mesa administrativa da Devoção, um significativo número de adeptos do candomblé que utilizavam aquele espaço para a finalização dos seus processos de iniciação religiosa nos terreiros e transformarem a última quinta-feira do novenário do padroeiro em uma festa híbrida com cortejo e lavagem do templo pelo povo de santo (COUTO, 2015, p. 144-145).

Bem, o primeiro estatuto da Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim traz logo no seu Capítulo I, Art. 1º, a afirmação de que se trata de “[...] uma associação católica que tem por fim perpetuar o Culto ao seu Divino Padroeiro S. B. J. do Bom Fim e N. Senhora da Guia”. O Art. 2º § 1º complementa: “Serão admitidos como membros da Devoção pessoas que não pertençam à sociedades secretas de qualquer denominação e que por seus bons costumes e outras qualidades pessoais se façam disso merecedoras” (ESTATUTOS..., 1919, p. 5-6). Essa normatização, exigida por dom Jerônimo, estava em completa sintonia com o Código de Direito Canônico, que determinava no cânone 684: “São dignos de louvor os fiéis se derem o seu nome às associações eretas ou a menos recomendadas pela Igreja: porém, fujam das secretas, condenadas, suspeitas ou das que procuram subtrair-se à vigilância legítima da autoridade eclesiástica” (GIGANTE, 1955).

2.4. Apoio às intervenções urbanas

Dom Jerônimo Tomé da Silva fazia parte de um clero reformador, que visava um catolicismo romano, clerical, tridentino, sacramental e individual. Porém, assumiu o arcebisado da Bahia num momento de grandes transformações socioeconômicas e culturais. Em Salvador, a elite branca e letrada queria se desfazer do seu passado colonial, almejava a modernização da cidade, retirando dela tudo que fosse resquício do período colonial, e a civilização dos costumes. Assim, o arcebispo reformador tentava mudar as práticas religiosas dos baianos e buscava aliança com os políticos, médicos e sanitaristas modernizadores. Não há contradição nessas duas posturas, afinal a Igreja Católica não estava isolada. Os membros da hierarquia eclesiástica acompanhavam, por meio de debates em reuniões e em suas principais publicações, as mudanças pelas quais passava a sociedade brasileira, principalmente em seus anseios de modernização e civilização.

Na passagem do século XIX para o XX, os católicos baianos, vinculados às irmandades e ordens terceiras, tinham pensamentos contraditórios, com dúvidas entre a Bahia permanecer na tradição ou aderir à modernidade. Mas isso não era algo incomum, pelo contrário, estava de acordo com a mudança de século, momento sempre propício à reflexão em relação ao futuro. Essa mesma ambiguidade poderia ser observada também em outras partes do Brasil e do mundo. No Brasil, havia apego às características e aos costumes dos tempos do império, valores ligados à monarquia; ao mesmo tempo, um desejo de transformação, o triunfo do progresso e da ciência que representava o novo século e a República. Falava-se no obscurantismo do período colonial e a luz dos novos tempos.

Durante os trinta de um anos em que esteve na direção do arcebisado da Bahia, dom Jerônimo viu os negócios (comércio e agricultura) na Bahia passar por fases de estagnação, depressão e recuperação. Kátia Mattoso (1978, p.350-351) identificou três fases da economia baiana da primeira República. O período de 1889 a 1897, que coincide

com a chegada do arcebispo, foi de recuperação econômica em decorrência da alta nos preços dos produtos agrícolas e a consolidação do cacau, da borracha e dos carbonados como produtos de exportação. Os anos entre 1897 e 1905 foram de depressão, causada pela crise da economia europeia, dificuldades para a produção e comercialização do açúcar, flutuação do preço do cacau e secas. Entre 1906 e 1928 veio novamente a recuperação, motivada pelo restabelecimento dos preços dos produtos agrícolas e novas transações comerciais.

Entre os anos de 1893 e 1925, que compreendem o início e o término do episcopado de dom Jerônimo, as atividades econômicas de Salvador se restringiam ao setor primário. Mário Augusto Santos (1992, p.257-262), ao examinar a economia baiana desse período, identificou dois fatores interligados – as estagnações demográfica e industrial – que contribuíram para o lento processo de mudanças. O pequeno crescimento demográfico não favorecia a formação da mão-de-obra necessária ao mercado interno e ao desenvolvimento industrial. A cidade permanecia repleta de áreas verdes, vales desabitados e distritos urbanos ocupados por estábulos, hortas, chácaras, roças e fazendas. O setor produtivo era representado pelo artesanato doméstico (pequenas oficinas com apenas um ou dois empregados e sem trabalho assalariado), que abastecia as lojas com acessórios do vestuário, e à incipiente construção civil, tradicional forma de emprego da mão-de-obra masculina. Em 1893 existiam seis fábricas têxteis que reuniam de 700 a 800 operários. Em 1925 esses estabelecimentos industriais eram sete e tinham ao todo 4.870 empregados.

As reformas urbanas em Salvador começaram pela cidade baixa, em função da modernização do porto. O governo estadual pretendia remodelar toda a área portuária, que incluía o mais importante centro comercial e onde estavam localizados dois mercados: São João e Santa Bárbara. No aglomerado de prédios antigos da zona comercial, os incêndios eram frequentes. E, muitas vezes, os prejuízos causados pelo fogo justificavam a intervenção nos edifícios religiosos, sem provocar reações contrárias nem mesmo do arcebispo. Um exemplo disso é a Igreja do Corpo Santo. Situada entre o Largo das Princesas e a Rua de Santa Bárbara, o templo abrigava as irmandades do Senhor Bom Jesus das Necessidades e Redenção e do Glorioso Patriarca São José. Após um incêndio, ocorrido naquela rua e que atingiu a igreja, em 1899, dom Jerônimo aprovou a realização de um corte na lateral do templo. Em 07 de janeiro de 1902, o intendente José Eduardo Freire de Carvalho Filho, um entusiasta dos progressos urbanos, escreveu sobre a obra, em seu relatório de gestão:

Causas diversas atrasaram esse consentimento, não sendo de menos alcance a necessidade de um grande corte em parte da Igreja do Corpo Santo, ponto inicial de uma das ruas [...]. O pavoroso incêndio de 1º de dezembro de 1899 simplificou em parte o projeto que me animou [...]. Para removê-la, porém, confiava nos intuítos progressistas e patrióticos do eminente pastor da Igreja Baiana, o Exmo. Revmo. Sr. D. Jerônimo Tomé da Silva, em quem

encontrou essa administração precioso auxílio, pois graças ao prestígio de sua Excia. Revma., concedeu a Cúria Romana a indispensável permissão (BARBOSA, 1970, p. 147).

Percebe-se, dessa forma, que dom Jerônimo, logo após a sua chegada em Salvador, estabeleceu laços de sociabilidade com o intendente, o governador e demais políticos locais e partilhavam as ideias de progresso, civilização e modernização, tão em voga no início do Brasil republicano. Veremos que essa parceria entre Igreja e Estado na Bahia rendeu outros frutos.

A última fase (1906-1928) de crescimento econômico, identificada por Kátia Mattoso, é também de grandes intervenções urbanas nos dois mandatos (1912-1916 e 1920-1924) do governador José Joaquim Seabra. Ele era jurista e tinha uma longa experiência na administração pública. Foi deputado, ministro da justiça na gestão de Rodrigues Alves (1902-1906), acompanhou as reformas do Rio de Janeiro no governo do engenheiro Francisco Pereira Passos (1902-1906), e foi novamente ministro, da aviação e obras públicas, no governo de Hermes da Fonseca (1910-1914).

J. J. Seabra, inspirado nas reformas urbanas de Paris, São Paulo e Rio de Janeiro, pretendia fazer uma grande intervenção em Salvador. O projeto previa a ampliação de ruas, construção de novas vias, abertura de avenidas, construção e reforma dos edifícios públicos. Uma das principais obras seria a construção de uma avenida que partisse do distrito da Sé (cidade alta) e terminasse fora do perímetro urbano, no arrabalde do Rio Vermelho. A nova via, chamada Sete de Setembro, seria o cartão postal e o principal símbolo da modernização da capital da Bahia.

Entretanto, a construção da nova avenida gerou, ao mesmo tempo, ânimo por quem via nessa empreitada os auspícios dos novos tempos, e também muitas críticas, com textos publicados na imprensa, manifestos distribuídos pelas ruas e passeatas de grupos contrários, principalmente as associações católicas, afinal, para levar a cabo a abertura e pavimentação, igrejas seriam derrubadas e as suas devoções desalojadas. Os ânimos se acirraram quando os religiosos e, principalmente, os devotos souberam que a prefeitura e o Estado iriam derrubar parte da Igreja de São Sebastião do Mosteiro de São Bento, a Igreja de São Pedro Velho e as fachadas da Igreja do Rosário e do convento das Mercês (irmãs Ursulinas). Os padres, as freiras e os irmãos leigos apelaram ao arcebispo, porém ele resolveu acatar as decisões dos órgãos públicos.

A maior resistência veio do Mosteiro de São Bento. O abade Majolo de Caigny publicou matérias nos jornais da cidade, escreveu e distribuiu panfletos e organizou um número especial da revista feminina *A Paladina do Lar* com textos dedicados a discussão do projeto de demolição, contendo plantas originais do edifício e de como ficaria após o que chamou de “mutação da igreja abacial” (CAIGNY, 1912). Os beneditinos venceram a batalha e o mosteiro perdeu apenas a varanda lateral. Porém, a vizinha Igreja de São Pedro Velho foi totalmente destruída em 1913. O espaço foi aproveitado para a construção da Praça Barão do Rio Branco e abrir a Av. Sete de Setembro. A única reação

de dom Jerônimo foi exigir a construção de um novo templo, num terreno situado na esquina da Praça da Piedade com a Av. Sete de Setembro, inaugurado em 1917.

O projeto de modernização do governo Seabra previa também a demolição da Igreja da Sé, pois se pretendia instalar no local uma linha de bonde. Os governos estadual e municipal e a Igreja Católica, em comum acordo, planejavam a derrubada do templo. Dom Jerônimo enviou documentos ao vaticano, dentre eles um ofício, de 10 de agosto de 1916, com o pedido de licença para a derrubada, pois era preciso fazer um “corte de cinco metros da Igreja da Sé, ou da sua demolição total”. A autorização não veio e, em 26 de novembro de 1919, ele enviou novo pedido justificando a desapropriação:

O Governo do Estado da Bahia deseja adquirir uma igreja na cidade da Bahia, com o fim de demolir para o trânsito público se tornar mais fácil. A sobredita Igreja não tem valor artístico nem é necessária para o culto porque perto dela há seis outras igrejas (Apud SANTOS, 1933, p. 14).

O que mais chama a atenção no trecho do ofício, citado acima, é dom Jerônimo afirmar que a Sé Primacial, a principal igreja dos baianos, construída no século XVI, não tinha valor artístico. Ora, possuía ainda estimado valor histórico e cultural. Porém, mais uma vez, o pedido não foi atendido. Enquanto isso, as irmandades sediadas no templo continuavam suas manifestações em favor da Igreja da Sé. E não estavam sozinhas. Membros do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB se uniram à causa, por meio de publicações de textos nos jornais e a distribuição de panfletos pela cidade. A Sé foi preservada até 1933, quando Juracy Magalhães (1931-1937) governava a Bahia, na condição de interventor, e o arcebispo era dirigido por dom Álvaro Augusto da Silva (1924-1968).

Só é possível entender a trajetória de dom Jerônimo Tomé da Silva a partir da análise do contexto de passagem do século XIX para o XX. A Igreja católica, o Brasil e a Bahia passavam por transformações nas esperas política, socioeconômica, cultural e religiosa. Era o fim do regime monárquico, do padroado régio e da escravidão e o início da república, dos projetos de modernização das cidades e da civilização dos costumes. O arcebispo transitou entre o velho e o novo, ora adotando posturas semelhantes às de seus antecessores no tempo imperial, ora aderindo às novidades do século XX.

Dessa forma, buscou atender às necessidades religiosas do vasto território da Bahia por meio da criação de novas dioceses, trabalho pastoral importante para conter os avanços de outras denominações cristãs protestantes e religiões, como o espiritismo. Procurou, também, ampliar o controle sobre a religiosidade leiga, cobrando prestações de contas e relatórios das irmandades e ordens terceiras e tentando aumentar o poder dos padres sobre as mesas administrativas. Ainda dentro da perspectiva reformadora, promoveu a instalação de ordens religiosas que eram representantes da reforma e incentivou a criação de colégios para uma educação cristã.

Por outro lado, dom Jerônimo apoiou as tentativas de modernização da cidade do Salvador durante as gestões de J. J. Seabra. Uniu-se ao Estado nos ideais de progresso

e civilização, mesmo que as intervenções urbanas comprometessem a permanência do culto em locais sagrados para os devotos. A destruição em parte ou na totalidade de igrejas e conventos tinha a sua aprovação e o seu auxílio nos pedidos de licença encaminhados a Santa Sé, o que demonstra a continuidade da relação Igreja e Estado no regime republicano.

Referências

- ALVES, Thiago. Coluna Cantinho da Saudade. Jornal *Correio da Semana*, Sobral – CE, 08 nov. 2014. Disponível: http://artemisiodacosta.blogspot.com.br/2014/11/cantinho-da-saudade-por-thiago-alves_8.html, acesso em 31/05/2016.
- ANDRADE, Solange R. de. Frei Boaventura Kloppenburg e a história da igreja católica no Brasil: aspectos de uma biografia. *História - Unisinos*, v. 16, p. 139-148, 2012. Disponível: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2012.161.12>, acesso em 15/05/2016.
- AZZI, Riolando. A Sé Primacial de Salvador: a Igreja Católica na Bahia, 1551-2001. Vol. II – Período imperial e republicano. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BARBOSA, Manoel de Aquino. *Efemérides da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia*. Salvador: Beneditina, 1970.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006, p.183 - 200.
- CAIGNY, Majolo de. História do projecto da demolição do Mosteiro de S. Bento da Bahia. In: *A Paladina do Lar*. Número Especial, n° 9, Salvador: Typ. Beneditina, 1912.
- CAMPOS, João da Silva. *Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Salvado: Imprensa Vitória, 1947.
- CARVALHO FILHO, José Eduardo Freire de. *A devoção do Senhor J. do Bom-Fim e sua História*. Salvador: Typ. de São Francisco, 1923.
- COMPROMISSO da Confraria do Senhor Bom Jesus da Cruz. Salvador: TypographiaLiberty, Laboratório Eugênio Veiga – LEV, 1914a.
- COMPROMISSO da Irmandade do Senhor Bom Jesus das Necessidades e Redenção. Salvador: Estabelecimento Gráfico Baptista Costa, Laboratório Eugênio Veiga – LEV, 1914b.
- CORREONDÊNCIA do Arcebispado. Livro 2, 1894. Arquivo de dom Jerônimo Tomé da Silva. Laboratório Eugênio Veiga – LEV.
- COSTA, Milton Carlos. D. Antônio de Macedo Costa: uma teologia do poder. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano IX, n. 25, Maio/Agosto de 2016. Acesso em 15/05/2016. Disponível: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/31357>
- COUTO, Edilece S.. A expulsão dos jesuítas de Portugal pela República e a fundação do Colégio Antônio Vieira na Bahia. In: FRANCO, José Eduardo; ABREU, Luís

- Machado de. (Org.). *Para a história das ordens e congregações religiosas em Portugal, na Europa e no mundo*. Lisboa: Paulinas, 2014, v. 2, p. 621-630.
- COUTO, Edilece S.. Jesus e Oxalá: devoção e festa em Salvador-BA. In: CARREIRO, Gamaliel *et al* (Orgs.). *Religião, carisma e poder: as formas da vida religiosa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2015, p. 137-152.
- ESTATUTOS da Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim, venerado em sua capella no largo da mesma denominação na Freguesia de N. S. da Penha de Itapagipe da capital do estado e arcebispado da Bahia. Salvador: Livraria Catilina, 1919. Arquivo da Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim.
- GIGANTE, José Antônio Martins. *Instituições de Direito Canônico*. Braga: Editorial Scientia & Ars Editorial, 1955.
- JESUS, Leonardo Ferreira de. “*Ventos venenosos*”: o catolicismo diante da inserção do protestantismo e do espiritismo na Bahia durante o arcebispado de Dom Manoel Joaquim da Silveira (1862-1874). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2014. Acesso em 20/05/2016. Disponível: <http://www.ppgh.ufba.br/wp-content/uploads/2015/11/Ventos-venenosos.pdf>
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006, p.167-182.
- MATTOSO, Kátia M. de Q. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- SANTIROCCHI, Ítalo. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma. In: *Temporalidades* - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, vol. 2, n.º 2, Agosto/Dezembro de 2010. Acesso em 15/05/2016. Disponível: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/revista/index.php?prog=mostraartigo.php&idcodigo=174>
- SANTOS, Israel Silva dos. *D. Romualdo Antônio de Seixas e a reforma da igreja católica na Bahia (1828-1860)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2014. Acesso em 20/05/2016. Disponível: <http://www.ppgh.ufba.br/wp-content/uploads/2015/11/D.-Romualdo-Ant%C3%B4nio-de-Seixas-e-a-reforma-da-Igreja-Cat%C3%B3lica-na-Bahia.pdf>
- SANTOS, Manuel Mesquita dos. *A Sé primacial do Brasil: notícias históricas*. Salvador: Cia Editora e Gráfica da Bahia S. A., 1933.
- SANTOS, Mário Augusto da S. Novas e velhas ocupações na Salvador republicana (1890-1930). In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio de F. (orgs). *Cidade e História*. Salvador: Faculdade de Arquitetura / ANPUR, 257-262, 1992.
- SEIXAS, Mariana Hellen Santos. *Igreja Presbiteriana no Brasil e na Bahia: instituição, imprensa e cotidiano (1872-1900)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2011. Acesso em 20/05/2016. Disponível: <http://www.ppgh.ufba.br/wp-content/uploads/2013/12/Igreja-presbiteriana-no-Brasil-e-na-Bahia.pdf>

SILVA, Cândido da Costa e. *Os segadores e a messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2000.

SILVA, Cândido da Costa e; AZZI, Riolando. *Dois estudos sobre D. Romualdo Antônio de Seixas, arcebispo da Bahia*. Nº95. Salvador: Centro de Estudos Baianos – CEB/UFBA/Fundação Cultural do estado da Bahia, 1981.